



DISCRIMINAÇÃO

# Xenofobia contra Venezuelanos no DF

Comunidade de migrantes, que há 10 anos tinha uma vida pacífica em São Sebastião, sente-se ameaçada por pichações feitas na semana passada. Moradores registraram boletim de ocorrência, e entidades alertam para o aumento da hostilidade

» EDLA LULA  
» IAGO MAC CORD

A comunidade venezuelana que há mais de 10 anos reside pacificamente na Região Administrativa de São Sebastião, no Distrito Federal, tem andado aterrorizada desde a última quarta-feira, quando algumas paredes de suas casas amanheceram pichadas com inscrições hostis, denotando xenofobia. O crime chamou a atenção de organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na área, e receiam a contaminação pelo sentimento de ódio no brasileiro, que, até agora, figura no topo da lista entre os povos mais acolhedores para imigrantes.

“Fora venezuelanos”, dizia uma das paredes, que se completava com “Trump apoiado”. Em outra, está escrito “Fora venezuelanos. O meu país não é um país de (ilegível)”. E, novamente, “apoio Trump”. Essas frases se repetem em algumas casas da região. Um grupo de moradores registrou boletim de ocorrência na 30ª Delegacia de Polícia (DP). Embora os atos não tenham se repetido, os venezuelanos temem deixar suas casas e cruzar, nas ruas, com o agressor, especialmente porque não se conhece o rosto de quem cometeu o ato criminoso.

“A região onde foi feita a pichação é muito isolada, então ficamos apreensivos, com receio de sair e sermos agredidos”, diz um venezuelano cuja identidade será preservada, para garantir sua segurança.

Outra venezuelana, que exerce liderança entre os compatriotas, destaca que esse foi o único ato de agressão ocorrido nos 10 anos de existência da comunidade. Ela agradece o acolhimento que a comunidade recebe, apesar do ato recente.

“Como migrantes, reconhecemos o acolhimento que a gente está tendo em São Sebastião há mais de 10 anos. Eu mesma moro nesta comunidade há mais de oito anos e nunca tinha visto um ato de xenofobia, como os que estão acontecendo neste momento na comunidade. Isso tem nos deixado muito atemorizados”, relata a mulher, que também não será identificada.

O incidente chamou a atenção de instituições que atuam no Distrito Federal e no Brasil na área de migração. O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo auxiliar de Brasília, Dom Ricardo Hoesers, mostrou-se preocupado com uma possível escalada do discurso de ódio no país.

“Eu vejo nesse ato um espelho da polarização que está no mundo. Não é uma coisa só do Brasil. Vemos um crescimento da xenofobia em todo o mundo. Isso é muito sério, nós temos que confrontar isso, temos que trazer isso para pauta e mudar essa percepção”, comenta Dom Ricardo, ao sugerir a inversão da perspectiva das pichações.

“Temos que visibilizar a importância dessas pessoas ao nosso redor e mostrar o lado positivo de acolhê-las. Quando o Brasil acolhe bem e dá as condições necessárias para eles se desenvolverem, isso faz a diferença”, completa.

Em Brasília, a CNBB desenvolve o projeto Casa Bom Samaritano, que acolhe famílias venezuelanas e oferece ferramentas para elas se instalarem no Brasil.

“Esse projeto é um caso de sucesso, porque 90% das famílias saem de lá com casa, trabalho e educação para os filhos”, comenta,

CNBB/Divulgação



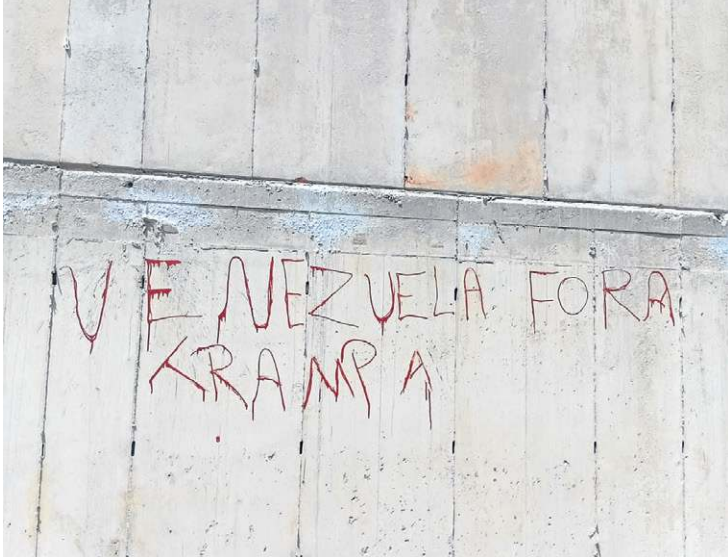
A Casa Bom Samaritano é um projeto desenvolvido pela CNBB e outras instituições para abrigar venezuelanos e apoiar a adaptação ao Brasil

Arquivo pessoal



Muros pichados: “Fora Venezuela, Trump (sic) apoiado”...

CNBB/Divulgação



... “Venezuela fora, Trump a (sic)”...

citando que o projeto passou por dificuldades quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump — que é reverenciado nas pichações de São Sebastião — cortou os recursos que financiavam o projeto, em 2025. “Foi difícil, mas nós estamos conseguindo manter graças ao fomento vindo de outros países”, frisou.

## Ideologia

O Brasil figura no topo do ranking de países com atitudes mais positivas em relação aos migrantes.

Segundo a pesquisa Global Advisor da Ipsos de 2025, 79% dos brasileiros concordam que as pessoas devem poder buscar refúgio no país para escapar de guerras ou perseguições, índice significativamente superior à média global de 67%. Além disso, o Brasil registra o menor índice de apoio ao fechamento total de fronteiras entre os 29 países analisados: apenas 26% dos brasileiros são favoráveis à medida, enquanto a média mundial é de 49%.

O porta-voz da Agência das Nações Unidas para Refugiados

Arquivo Pessoal



... “Fora venezuelanos. O meu país não é um país de (ilegível)”...

CNBB/Divulgação



... “Fora venezuelanos”

(Acnur) Brasil, Miguel Pachioni, explica que, apesar de o Brasil manter um dos maiores índices de apoio ao direito de refúgio no mundo, o debate público tem sido contaminado por narrativas que transformam crises humanitárias em disputas ideológicas.

Pachioni adverte que o uso de termos como “invasão” retira a humanidade dos indivíduos, transformando pessoas vulneráveis em uma “massa de generalizações” e em alvos de hostilidade, independentemente de sua nacionalidade. “Quando a visão de estereótipos

prevalece, indivíduos que deveriam ser reconhecidos como pessoas que precisam de proteção passam a ser vistos como ameaças, resultando na normalização de discursos xenófobos ou hostis, isso independentemente de nacionalidades”, lamenta.

O porta-voz da Acnur ressalta a importância das políticas públicas para manter a integração dos refugiados na sociedade brasileira. “O fato de termos e mantermos espaços de fronteiras abertas e responsáveis, integrando o viés da legislação nacional pautada nos direitos



“Vejo nesse ato um espelho da polarização que está no mundo. Não é uma coisa só do Brasil. Vemos um crescimento da xenofobia. Isso é muito sério, nós temos que confrontar”

**Dom Ricardo Hoesers,**  
secretário-geral da CNBB e  
bispo auxiliar de Brasília

humanos e com a devida análise criteriosa dos casos, reforça o papel do governo brasileiro em seguir sendo o exemplo de política pautada em direitos, sem deixar os deveres de lado. A proteção de refugiados não termina na fronteira, ela continua na construção de uma convivência social segura e inclusiva”, defendeu.

O porta-voz reforça que o Brasil possui políticas de Estado avançadas e que episódios de violência xenófoba devem ser enfrentados com seriedade por meio do regime formal de análise de casos que envolve diversos ministérios.

## Contaminação do ódio

O padre Jefferson Amorim de Souza, que também é graduado em Relações Internacionais, dirige o Serviço Jesuíta de Migrantes e Refugiados (SJMR), com atuação em São Sebastião. “A tomada de conhecimento das pichações gera um conjunto de inseguranças, medos, e hostilidades para a população migrante, de modo especial para a população venezuelana, que é o alvo daquelas palavras pichadas com tom de ameaça e também de discurso de ódio”, observa Amorim.

“Essas pichações tornam evidente, para nós, que o mesmo dinamismo que está presente já em outros países pode também se tornar presente aqui, com políticas de expulsão, de perseguição, de violência psicológica, de aprisionamento. Esses elementos ainda não estão presentes na opinião majoritária e na forma de fazer política pública com relação às populações migrantes e refugiadas e em situação de deslocamento forçado aqui no Brasil”, completa o jesuíta, ressaltando que é preciso impedir que haja essa inversão de valores.

Dados do relatório “Refúgio em Números 2025”, produzido pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), detalham quem são os imigrantes no centro desse debate. Em 2024, os pedidos foram liderados por venezuelanos (39,8%), cubanos (32,7%) e angolanos (5%). Na última década (2015-2024), os venezuelanos representaram 82,6% do total de pedidos.

O Brasil mantém a Operação Acolhida, que recebe venezuelanos que deixaram o país vizinho por conta da crise econômica e do regime ditatorial. Eles são atendidos em Pacaraima, Roraima, e encaminhados para todo o Brasil, recebendo documentação e auxílio para a integração na sociedade brasileira. Entre 2018 e 2025, mais de 156,65 mil migrantes e refugiados foram acolhidos e enviados a 1.112 municípios brasileiros.